

Artigo

## Desafios da agricultura familiar como principal meio de subsistência no município de Vista Serrana Paraíba

Challenges of family farming as the main means of subsistence in the municipality of Vista Serrana Paraíba

Eduardo Xavier de França<sup>1</sup>, Ednaldo Barbosa Pereira Júnior<sup>2</sup>, Eliezer da Cunha Siqueira<sup>3</sup>, Aline Carla de Medeiros<sup>4</sup>,  
Wendel Rodrigues Pereira<sup>5</sup>

<sup>1</sup>Mestrando em Gestão e Sistemas agroindustriais pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, Pombal-PB. E-mail: edulele\_2@yahoo.com.br

<sup>2</sup>Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB. D.Sc. em Fitotecnia. E-mail: [ednaldo.pereira@ifpb.edu.br](mailto:ednaldo.pereira@ifpb.edu.br)

<sup>3</sup>Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB. D.Sc. em Engenharia Agrícola. E-mail: [eliezer.siqueira@ifpb.edu.br](mailto:eliezer.siqueira@ifpb.edu.br)

<sup>4</sup>Docente da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, Pombal-PB. D.Sc. em. E-mail: [alinecarla.edu@gmail.com](mailto:alinecarla.edu@gmail.com).

<sup>5</sup>Técnico Administrativo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB. Mestrando em Gestão e Sistemas Agroindustriais. E-mail: [endelrodrigues.2313@gmail.com](mailto:endelrodrigues.2313@gmail.com)

**Resumo:** O presente estudo aborda os principais desafios enfrentados pela agricultura familiar no município de Vista Serrana, localizado no Sertão da Paraíba, onde essa atividade constitui o principal meio de subsistência da população rural. A pesquisa, de natureza bibliográfica, teve como objetivo geral analisar as dificuldades socioeconômicas e estruturais que comprometem a sustentabilidade da agricultura familiar na região. Foram investigados aspectos como o panorama agrícola local, as limitações de acesso a recursos tecnológicos, a escassez de políticas públicas efetivas e a vulnerabilidade socioeconômica dos agricultores. Os resultados apontam que a baixa mecanização, a irregularidade climática, a ausência de assistência técnica e a dificuldade de acesso a mercados configuram entraves significativos para o fortalecimento do setor. Ainda que existam políticas públicas como o PRONAF, PAA e PNAE, sua implementação no município é limitada, devido à falta de articulação entre os entes governamentais e à fragilidade das organizações de produtores. Conclui-se que é necessário um planejamento integrado, com políticas territorializadas e contínuas, que promovam o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar e contribuam para a permanência das famílias no campo.

**Palavras-chave:** Agricultura familiar; Semiárido; Vista Serrana.

**Abstract:** This study addresses the main challenges faced by family farming in the municipality of Vista Serrana, located in the Sertão region of Paraíba, where this activity constitutes the main means of subsistence for the rural population. The research, of a bibliographic nature, had as its general objective to analyze the socioeconomic and structural difficulties that compromise the sustainability of family farming in the region. Aspects such as the local agricultural panorama, limited access to technological resources, the scarcity of effective public policies and the socioeconomic vulnerability of farmers were investigated. The results indicate that low mechanization, irregular climate, lack of technical assistance and difficulty in accessing markets constitute significant obstacles to strengthening the sector. Although there are public policies such as PRONAF, PAA and PNAE, their implementation in the municipality is limited due to the lack of coordination between government entities and the fragility of producer organizations. It is concluded that integrated planning is necessary, with territorialized and continuous policies that promote the sustainable development of family farming and contribute to the permanence of families in the countryside.

**Keywords:** Family farming; Semi-arid; Mountain view.

## 1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar constitui a base da produção agrícola em muitas regiões do Brasil, especialmente no Nordeste, onde representa não apenas uma atividade econômica, mas também uma estratégia de sobrevivência para milhares de famílias. No município de Vista Serrana, localizado no Sertão da Paraíba, essa modalidade de produção rural é predominante, sendo a principal fonte de sustento de grande parte da população. No entanto, esse modelo agrícola enfrenta inúmeros desafios estruturais, econômicos e ambientais, agravados pelas condições adversas do semiárido.

Agricultura Familiar é uma instituição de reprodução da família, cujo núcleo está na relação direta com a terra e com a produção agrícola. Os que fazem objeção ao uso da concepção de agricultura familiar tem suas imprecisões. De qualquer modo, a suposição de uma população do campo confinada nos limites do rural vem sendo questionada nas ciências sociais, no Brasil, há mais de meio século, primeiramente pelos antropólogos (Savoldi & Cunha, 2010; Soares, 2022).

O termo agricultura familiar começou a ser difundido no Brasil em meados da década de 1990, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento Familiar (Pronaf) (Paula et al., 2014). Guanziroli & Cardim (2000), destacam que

os estudos encomendados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário ao Projeto de Cooperação Técnica Inkra/FAO foram fundamentais para que ocorresse a introdução conceitual da agricultura familiar no Brasil. O objetivo de se conceituar era buscar a compreensão da lógica e dinâmica das unidades familiares e dos assentados, bem como dos sistemas de produção por eles adotados nas diversas regiões do País (Paula et al., 2014).

O sistema agrícola do Semiárido enfrenta dificuldades para atingir o desenvolvimento produtivo. Isso se deve principalmente a falta de acesso à água e a utilização de sistemas de captação ineficientes. Para Castro (2012), a diversidade climática, as condições naturais do solo e a ausência de tecnologias adequadas estão entre os principais desafios que limitam a produção agrícola nas regiões semiáridas.

O objetivo geral deste estudo é analisar os principais desafios enfrentados pela agricultura familiar como meio de subsistência no município de Vista Serrana – Paraíba. Como objetivos específicos, busca-se: identificar os fatores socioeconômicos que influenciam o desempenho da agricultura familiar na região; discutir os impactos das condições climáticas e da escassez hídrica na produção local; apontar possíveis estratégias para o fortalecimento da agricultura familiar no município.

A justificativa para a realização deste trabalho está na relevância social e econômica da agricultura familiar para o desenvolvimento rural de Vista Serrana. Compreender os obstáculos enfrentados pelos pequenos produtores é fundamental para subsidiar políticas públicas mais eficazes, promover o desenvolvimento sustentável local e garantir a segurança alimentar da população. Além disso, o estudo contribui com a literatura científica sobre o tema, ao focalizar uma realidade específica do semiárido paraibano que ainda carece de maior atenção acadêmica.

A metodologia adotada consiste em uma pesquisa de natureza qualitativa e caráter exploratório, baseada em revisão bibliográfica. Foram consultadas publicações acadêmicas, relatórios institucionais e dados secundários provenientes de órgãos oficiais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária (EMATER-PB), além de artigos científicos e livros especializados na temática da agricultura familiar e desenvolvimento rural. Essa abordagem busca proporcionar uma compreensão ampla dos contextos local e regional, a fim de apontar caminhos possíveis para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar em Vista Serrana.

O objetivo foi de analisar os principais desafios enfrentados pela agricultura familiar como principal meio de subsistência no semiárido paraibano, destacando suas limitações e as possibilidades de fortalecimento dessa atividade.

## 2 METODOLOGIA

### 2.1 TIPO DE ESTUDO

Este estudo é de natureza qualitativa e exploratória, fundamentando-se em uma revisão bibliográfica. A abordagem qualitativa é adequada para compreender os fenômenos sociais e ambientais complexos que envolvem a agricultura familiar no semiárido paraibano, permitindo a análise aprofundada dos desafios enfrentados pelos agricultores e das relações que influenciam sua subsistência. O caráter exploratório busca identificar e descrever aspectos pouco investigados ou sistematizados sobre o tema, promovendo um entendimento mais amplo das limitações e potencialidades da agricultura familiar na região.

O estudo exploratório visa se aprofundar na realidade estudada e formular novas hipóteses para a pesquisa. Neste tipo de abordagem, fenômenos não plenamente conhecidos são investigados de forma mais ampla, podendo também ser abordados de maneira mais específica, desde que o objeto de estudo seja exaustivamente explorado. Já a análise qualitativa é útil quando os dados aferidos não podem ser mensurados por meio das técnicas tradicionais de contagem. Utilizam-se, portanto, métodos de análise dos conteúdos aferidos por meio da interpretação dos seus significados, considerando (ou não) o contexto social em que o sujeito está inserido (MINAYO, 2001).

A pesquisa será desenvolvida com base na análise de literatura especializada, como livros, artigos científicos, relatórios técnicos e documentos governamentais, que abordam os contextos social, econômico e ambiental da agricultura familiar. Este método permite reunir diferentes perspectivas e informações disponíveis, construindo uma base sólida para a compreensão dos desafios e propondo subsídios teóricos para futuras intervenções ou estudos mais aplicados.

### 2.2 LOCAL DO ESTUDO

O estudo será centrado na região do semiárido paraibano, que compreende grande parte do território do estado da Paraíba. Caracterizado por condições climáticas adversas, como longos períodos de estiagem e baixa disponibilidade hídrica, o semiárido paraibano abriga uma significativa parcela de agricultores familiares que dependem da terra para sua subsistência.

Essa região foi escolhida por ser um cenário emblemático dos desafios enfrentados pela agricultura familiar no Brasil, especialmente em áreas de vulnerabilidade socioeconômica. Além disso, o semiárido paraibano apresenta particularidades que o tornam um objeto de estudo relevante, como a diversidade de estratégias de sobrevivência adotadas pelos agricultores e a presença de políticas públicas direcionadas ao fortalecimento da agricultura familiar.

### 2.3 POPULAÇÃO, AMOSTRA E CRITÉRIOS DE INCLUSÃO

A população deste estudo consiste na produção acadêmica e técnica disponível em fontes como livros, artigos científicos, dissertações, teses e relatórios técnicos que abordam a temática da agricultura familiar no semiárido, com foco específico na região da Paraíba.

A amostra será composta por publicações relevantes selecionadas com base em sua pertinência ao tema,

disponíveis em bases de dados acadêmicas reconhecidas, como Scielo, Google Acadêmico, CAPES/Periódicos e outros repositórios confiáveis. A seleção considerará publicações publicadas nos últimos 20 anos, para garantir a atualidade dos dados.

#### 2.4 COLETA E INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

A coleta de dados será realizada por meio de uma busca sistemática em bases de dados acadêmicas, como Scielo, Google Acadêmico, CAPES/Periódicos, entre outras, além de documentos oficiais e relatórios técnicos disponíveis em repositórios confiáveis. Serão utilizados descritores específicos como "agricultura familiar", "semiárido paraibano", "desafios agrícolas", "subsistência rural", "políticas públicas", entre outros, para garantir a identificação de publicações relevantes ao tema.

Como instrumentos de coleta, serão utilizados fichamentos, mapas conceituais e matrizes de análise para organizar as informações extraídas das fontes selecionadas. Esses instrumentos permitirão a sistematização dos dados de acordo com os objetivos específicos da pesquisa, facilitando a identificação de padrões, lacunas de conhecimento e propostas para o enfrentamento dos desafios da agricultura familiar no semiárido paraibano.

#### 2.5 ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados será realizada de forma qualitativa, com base no método de análise de conteúdo. Os textos coletados serão lidos, categorizados e interpretados, permitindo a identificação de padrões, temas recorrentes e informações relevantes para responder aos objetivos da pesquisa.

Inicialmente, os dados serão organizados em categorias temáticas relacionadas aos desafios da agricultura familiar no semiárido paraibano, tais como aspectos socioeconômicos, ambientais, climáticos e de políticas públicas. Em seguida, será realizada uma análise crítica dos achados, buscando compreender as inter-relações entre os fatores identificados e seu impacto na subsistência dos agricultores familiares.

Os resultados serão sintetizados em forma de quadros e resumos descritivos, destacando as principais limitações da agricultura familiar e as estratégias sugeridas na literatura para o fortalecimento dessa prática no contexto semiárido. O sistema PRISMA (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses) será utilizado nesta pesquisa como guia metodológico para a revisão bibliográfica. Esse sistema fornece um conjunto de diretrizes que visam garantir a transparência, a organização e o rigor na condução de revisões sistemáticas e meta-análises. O PRISMA orienta o processo em etapas claras, que incluem a identificação das fontes de dados em bases confiáveis, a exclusão de duplicatas, a aplicação de critérios de elegibilidade para seleção de publicações relevantes e a síntese dos resultados. A adoção do PRISMA assegura que todas as decisões relacionadas à inclusão e exclusão de materiais sejam documentadas, contribuindo para a reprodutibilidade do estudo e para a validação das informações analisadas. Além disso, o sistema auxilia na construção de um fluxo detalhado de busca e análise, permitindo que as conclusões da pesquisa sejam fundamentadas nas melhores evidências disponíveis sobre a agricultura familiar no semiárido paraibano.

#### 2.6 ASPECTOS ÉTICOS

Este estudo será conduzido com base em uma revisão bibliográfica, utilizando exclusivamente materiais disponíveis em domínio público ou acessíveis por meio de bases de dados acadêmicas. Por se tratar de uma pesquisa que não envolve a interação direta com participantes humanos ou coleta de dados primários, não há necessidade de submissão a um Comitê de Ética em Pesquisa.

No entanto, serão respeitados todos os princípios éticos relacionados à integridade acadêmica, incluindo a devida citação e referência às fontes utilizadas, garantindo a credibilidade e transparência do trabalho. A pesquisa também seguirá as diretrizes de boas práticas em pesquisa, evitando qualquer forma de plágio ou uso indevido das informações analisadas. Resultados.

#### 2.7 AGRICULTURA FAMILIAR E SEUS DESAFIOS

A agricultura familiar é uma atividade que vem sendo desenvolvida desde a ocupação das terras brasileiras, pelos colonizadores portugueses, no século XVI. Segundo Netto (2008, p.17), "a agricultura familiar é um sistema de produção agrícola, que permeia as atividades econômicas agrárias desde o início da colonização do Brasil"; a qual se transformou num meio de subsistência das famílias da época, sejam estas formadas por trabalhadores livres ou escravos que também tinham licença para produzir no entorno das grandes fazendas.

O acesso das famílias trabalhadoras às terras era precário, instalando-as em pequenas áreas no interior das grandes fazendas de açúcar, café e de outras importantes monoculturas da época. Autorizadas pelo proprietário dos latifúndios, as famílias podiam cultivar alguns produtos ao redor de sua moradia; todavia, eram obrigadas a trabalhar na cultura principal, independente de recebimento ou não de pagamento (WANDERLEY, 2014).

Para explicitar as principais características da agricultura familiar, Guanziroli et al. (2001) fizeram uma exposição comparativa entre as características dos produtores familiares e dos patronais no Brasil. Segundo estes autores, pode-se observar que a área média dos estabelecimentos familiares é de 26 ha, o que é muito inferior à área dos produtores patronais, que é de 433 ha. Isto reflete as especificidades do processo histórico de ocupação de terra em cada região do país. A renda total por estabelecimento apresenta a grande diferença entre os agricultores familiares e os patronais, assim como entre os agricultores da mesma região. A renda total média, em toda parte, dos agricultores patronais, é superior à dos familiares (Souza, 2001).

O acesso à tecnologia, como energia elétrica, tração animal e/ou mecânica e assistência técnica, está mais presente entre os produtores patronais do que nos produtores familiares. Entre os agricultores patronais, 43,5% utilizam assistência técnica e entre os familiares a proporção é de apenas 16,7%. O uso de tração animal e mecânica é bastante baixa nos estabelecimentos familiares: 50% empregam apenas tração manual, 23% utilizam apenas tração animal e 27% tração mecânica ou mecânica e animal em conjunto (Sato et al., 2007).

A agricultura familiar tem capacidade de absorver mão de obra e gerar renda. Além disso, o setor é responsável por 67% da produção nacional de feijão, 97% do fumo, 84% da mandioca, 31% do arroz, 49% do milho, 52% do leite, 59% de suínos, 40% de aves e ovos, 25% do café, e 32% da soja. A agricultura familiar ocupa 30,5% da área total dos estabelecimentos rurais, produz 38% do Valor Bruto da Produção (VBP) nacional e ocupa 77% do total de pessoas que trabalham na agricultura PRONAF (Programa Nacional de Agricultura Familiar, 2007).

A agricultura familiar (AF) é um segmento em que a família é proprietária dos meios de produção, ao mesmo tempo que assume o trabalho no estabelecimento produtivo, sendo este um ponto fundamental que caracteriza a AF, além do local de trabalho ser também o de moradia dos mesmos (NETTO, 2008; SILVA, 2011).

Nesse cenário, Delgado (2012) destaca que distribuição da renda, geração de empregos e crescimento do mercado interno são janelas de oportunidades que o comportamento da economia abre para o desenvolvimento rural para a agricultura familiar, especialmente por meio de seus efeitos sobre a produção de alimentos, o emprego rural e uma série de outras repercussões importantes sobre o mundo rural. Ainda, o autor afirma que há necessidade de democratização do meio rural, onde não devem caber hegemonias.

Conforme a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, conhecida como a Lei da Agricultura Familiar, em seu artigo 3º, considera-se

[...] agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (BRASIL, 2006).

## 2.8 AGRICULTURA FAMILIAR NO SEMIÁRIDO DO NORDESTE BRASILEIRO

O Semiárido brasileiro compreende uma área de 969.589 km<sup>2</sup>, onde estão contidos 1.133 municípios, com uma média total de 28 milhões de habitantes. Em termos de localização o Semiárido abrange a parte central da região nordeste com os estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e parte do estado de Minas Gerais, na região sudeste (BARROS, 2014).

Segundo Castro (2013) o Nordeste apresenta problemas estruturais quanto à sustentabilidade dos sistemas de produção de alimentos por consequência das questões climáticas como a recorrência das secas. Estes sistemas têm sua manutenção e desenvolvimento dificultados pelos constantes efeitos negativos do clima, este provoca a deterioração do solo e da água, bem como a diminuição da biodiversidade de espécies e, como consequência ao meio ambiente, ao início do processo de desertificação. São problemas também inerentes a agricultura no Nordeste.

Quando se fala em Semiárido, uma questão emerge de imediato: a água, a chuva e a seca. Normalmente se afirma que não chove o suficiente, que há falta de água e que este é o maior problema do Semiárido. Essa é uma verdade relativa, pois existem diferenças marcantes do ponto de vista da precipitação anual de uma região para outra. [...] O nosso é o Semiárido mais chuvoso do mundo, porém, as chuvas são concentradas em poucos meses e mais de 90% de suas águas não são aproveitadas devido à sua evaporação e ao seu escoamento superficial (BAPTISTA; CAMPOS, 2013, p. 47).

Castro (2013) também diz que a agricultura praticada no Nordeste é bastante diversificada tanto em relação às culturas plantadas quanto em relação ao nível de tecnologia empregada na produção agrícola. A cana-de-açúcar é o principal produto agrícola da região, mas também merece destaque a produção de algodão, soja, milho, tabaco, caju, uva, manga, melão e outros frutos voltados para consumo interno e exportação.

Para Silva et al. (2010), não é a falta de chuvas o fator limitante da precária disponibilidade de água no Semiárido, mas sim a sua má distribuição em conjunto com a elevada evapotranspiração e a falta de políticas públicas que orientem as populações para formas adequadas de captação e armazenamento da água das chuvas para a sua utilização no período de estiagem.

Diante desse cenário observa-se que o clima é um elemento de destaque ao caracterizar a região semiárida. A ele está condicionada a adaptação da vegetação, bem como a formação de relevo e a impermeabilidade do solo (ARAÚJO, 2011). O fenômeno das secas é um caso a ser considerado dentro dos problemas climáticos dessa região. Dentre as suas características se destacam o esgotamento da umidade do solo, fenecimento das plantas e diminuição do fluxo dos cursos de água. Além destes, a tragédia da seca ocasiona graves problemas sociais, econômicos e políticos, com redução das atividades agropecuárias, falta de água para o consumo humano provocando doenças e até mesmo mortes pela ingestão de águas contaminadas (BAPTISTA; CAMPOS, 2013).

O bioma predominante no Semiárido é a Caatinga, caracterizado pelo clima tropical semiárido e por apresentar uma diversidade de ambientes que constituem extensas áreas de terra no interior nordestino (BRASILEIRO, 2009). De acordo com Barros (2014), apesar da sua aridez, a Caatinga apresenta complexidade, pois os seres vivos desse ambiente possuem potencialidades adaptativas as condições de estiagem. Os vegetais, por exemplo, se adaptaram de tal forma que conseguem aproveitar a quantidade mínima de água disponível. Para Angelotti, Júnior e Sá (2011, p. 1.104) “a adaptação se refere ao ajuste dos sistemas naturais ou humanos em reposta a estímulos climáticos observados ou previstos, com o objetivo de aumentar a resiliência desses sistemas”.

A Caatinga apresenta 80% de sua área alterada devido à exploração predatória humana, deixando-a com um alto potencial de vulnerabilidade às mudanças climáticas (ANGELOTTI; JÚNIOR; SÁ, 2011). Isso ocorre porque a Caatinga condiciona a atividade humana nessa região, fornecendo madeira para a produção de lenha, carvão, material para construção entre outros. Além disso, frutos, plantas medicinais e mel apresentam importância econômica para a população. A vegetação também é utilizada na produção de forragem para alimentar a pecuária, de modo extensivo, no período de estiagem. Essas práticas de exploração dos recursos naturais da Caatinga, sem o manejo adequado, contribuem para o seu processo de degradação acentuando o êxodo rural (BARROS, 2014). Brasileiro (2009), também aponta os vários fatores que estão contribuindo no processo de degradação da Caatinga, entre eles se destacam as práticas agrícolas inadequadas, o desmatamento, compactação, erosão e salinização do solo.

Assim, passa-se a entender o porquê da aridez da região semiárida, destacando alguns dos fatores que contribuem para essa ocorrência, entre eles os modos humanos de explorar a terra tornando-a deserta, o desmatamento, a prática predatória nos rios e na terra, queimadas e a contaminação dos solos por agrotóxicos. Todos esses processos estão aliados à escassez de chuvas e a incapacidade dos sistemas de armazenamento de água (BAPTISTA; CAMPOS, 2013).

Segundo Brasileiro (2009), as áreas vulneráveis ao processo de desertificação são consideráveis, sendo um dos motivos do agravamento dos impactos ambientais no Semiárido. Um dos problemas para a definição do processo de desertificação, está associado à carência de monitoramento e de políticas de avaliação desse processo, causando assim a ocorrência de mecanismos insustentáveis de gerenciamento do solo e das terras (SANTOS, 2011).

As peculiaridades da Caatinga demonstram que a sua conservação só é possível através de um amplo entendimento acerca da utilização sustentável dos seus recursos. Nesse sentido, a disseminação de conhecimentos sobre a Caatinga apresenta relevância nesse processo (ARAÚJO; ARRUDA, 2011).

De acordo com Barros (2014), as práticas agrícolas inadequadas juntamente com a superação da capacidade de suporte das regiões semiáridas, têm contribuído para a intensificação dos processos de degradação nas localidades com maior vulnerabilidade ou com acentuada exploração dos recursos naturais.

## 2.9 VISTA SERRANA – PANORAMA SOCIOECONÔMICO E AGRÍCOLA

O sistema agrícola do Semiárido enfrenta dificuldades para atingir o desenvolvimento produtivo. Isso se deve principalmente a falta de acesso à água e a utilização de sistemas de captação ineficientes. Para Castro (2012), a diversidade climática, as condições naturais do solo e a ausência de tecnologias adequadas estão entre os principais desafios que limitam a produção agrícola nas regiões semiáridas. Além dessa problemática, a agricultura baseada no manejo inadequado dos recursos da Caatinga vem ocasionando a sua degradação e a extinção de espécies endêmicas desse ambiente.

Diante disso Barros (2014), enfatiza a necessidade da adoção de práticas agrícolas sustentáveis, com o objetivo de aumentar a capacidade de adaptação dos povos e do sistema de produção às condições socioambientais do Semiárido brasileiro.

Vista Serrana é um município pequeno, com pouco mais de 4.000 habitantes, segundo o IBGE (2022), e economia baseada na agropecuária de subsistência. A maioria dos produtores locais atua na criação de caprinos, ovinos e no cultivo de culturas como milho e feijão, extremamente dependentes das chuvas. A agricultura familiar na região é caracterizada por baixos níveis de mecanização, limitada assistência técnica, e forte dependência de programas sociais como o Garantia-Safra e o Bolsa Família.

O município de Vista Serrana, localizado na mesorregião do Sertão Paraibano, apresenta características típicas do semiárido nordestino, com baixos índices pluviométricos, solos pobres e escassez de recursos hídricos. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), a população estimada do município é de aproximadamente 3.800 habitantes, sendo a maioria residente na zona rural e dependente diretamente da agricultura familiar como principal fonte de renda.

A atividade agropecuária local é marcada pela produção de culturas de subsistência, como milho, feijão e mandioca, além da criação de pequenos animais, como caprinos e ovinos (IBGE, 2022). No entanto, a baixa mecanização, a irregularidade das chuvas e a limitação no acesso a insumos e tecnologias modernas reduzem significativamente a produtividade dos agricultores familiares (SOUZA; LIMA, 2021).

Estudos apontam que, mesmo com o potencial produtivo da região, os agricultores enfrentam dificuldades na comercialização dos produtos, ausência de assistência técnica permanente e fragilidade na organização social (NEVES, 2020). Segundo Dias e Andrade (2019), essas limitações comprometem a sustentabilidade da agricultura familiar e perpetuam um ciclo de pobreza rural. Ainda de acordo com o IBGE (2022), mais de 60% das propriedades rurais em Vista Serrana são classificadas como pequenas, com área inferior a 10 hectares, evidenciando a importância do setor para o contexto socioeconômico local.

A ausência de políticas públicas eficazes e a dependência de programas emergenciais agravam a vulnerabilidade

das famílias rurais, que muitas vezes enfrentam insegurança alimentar e êxodo rural. Conforme destaca Silva (2021), a falta de planejamento territorial e de investimentos contínuos compromete o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar no município e em outras áreas do semiárido brasileiro.

## 2.10 AS POLÍTICAS PÚBLICAS E INICIATIVAS VOLTADAS PARA O FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA REGIÃO

A agricultura familiar é reconhecida pela Constituição Federal de 1988 e por diversas legislações infraconstitucionais como estratégica para o desenvolvimento rural sustentável. Políticas públicas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) têm sido fundamentais para o apoio à produção, comercialização e geração de renda para os pequenos agricultores (BRASIL, 2006).

No âmbito estadual e municipal, iniciativas como o fornecimento de assistência técnica pela EMATER-PB e programas de cisternas para armazenamento de água visam atenuar os efeitos da estiagem prolongada no semiárido. Segundo Neves (2020), essas ações ainda são limitadas em Vista Serrana, principalmente pela falta de estrutura, baixa articulação entre os entes públicos e ausência de organizações representativas da agricultura familiar.

A atuação de cooperativas e associações, quando presente, tem papel fundamental na inclusão dos agricultores em mercados institucionais e na melhoria do acesso às políticas públicas. Silva (2021) argumenta que o fortalecimento das organizações locais é essencial para garantir a eficácia das ações estatais e a sustentabilidade do setor. Entretanto, muitos agricultores da região ainda operam de forma isolada, o que dificulta o acesso a crédito, capacitação e canais de comercialização (DIAS; ANDRADE, 2019).

Para avançar no fortalecimento da agricultura familiar em Vista Serrana, é necessário um planejamento integrado entre os governos federal, estadual e municipal, com foco em políticas territorializadas e permanentes. Como destaca Souza e Lima (2021), é imprescindível garantir a continuidade das políticas públicas, ampliar o acesso à assistência técnica e fomentar a organização social no campo, assegurando condições dignas de vida aos agricultores e promovendo o desenvolvimento local.

## 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura familiar em Vista Serrana, Paraíba, enfrenta diversos desafios que limitam seu desenvolvimento e a capacidade de sustentar as famílias rurais. As condições climáticas adversas, a baixa mecanização, a falta de assistência técnica constante e as dificuldades de acesso a mercados revelam a necessidade de ações mais efetivas e integradas para promover a sustentabilidade econômica, social e ambiental da atividade. Sem o enfrentamento dessas questões, a vulnerabilidade das famílias permanece elevada, dificultando a permanência no campo e o desenvolvimento local.

As políticas públicas desempenham papel fundamental para o fortalecimento da agricultura familiar, contudo, a implementação dessas ações no município ainda mostra fragilidades, como a insuficiente articulação entre os órgãos governamentais e a limitada organização dos produtores rurais. Investir na capacitação, no acesso a crédito e em infraestrutura adequada é essencial para garantir que os agricultores possam aumentar sua produtividade e melhorar sua qualidade de vida. Além disso, a promoção da organização social, por meio de cooperativas e associações, pode potencializar o acesso a políticas públicas e mercados mais estruturados.

A importância de um planejamento territorializado, contínuo e participativo, que envolva os diferentes níveis de governo e a própria comunidade rural. Essa integração é imprescindível para criar condições favoráveis ao desenvolvimento sustentável da agricultura familiar em Vista Serrana. Assim, será possível fortalecer o principal meio de subsistência local, garantindo segurança alimentar, renda digna e a permanência das famílias no campo, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico da região.

Além disso, constatou-se que a falta de acesso à assistência técnica qualificada e continuada limita a adoção de práticas agrícolas mais eficientes e sustentáveis. Os agricultores familiares da região, em sua maioria, possuem baixo nível de escolaridade e recursos limitados para investir em novas tecnologias ou métodos de produção. Essa realidade perpetua um ciclo de baixa produtividade e dificuldades econômicas, dificultando o desenvolvimento local.

Por fim, identificou-se que, embora existam iniciativas governamentais voltadas para a agricultura familiar, a aplicação efetiva dessas políticas em Vista Serrana ainda é incipiente. A escassez de infraestrutura hídrica, estradas precárias e ausência de mercados locais estruturados agravam as dificuldades enfrentadas. Dessa forma, torna-se urgente a formulação de políticas públicas integradas e territorializadas, que considerem as especificidades da região semiárida e fortaleçam a agricultura familiar como eixo de desenvolvimento sustentável.

## REFERÊNCIAS

ANGELLOTTI, F.; JÚNIOR, P. I. F.; SÁ, I. B. de. **Mudanças climáticas no semiárido brasileiro: medidas de mitigação e adaptação.** Revista Brasileira de Geografia Física, v.4, n.6, p. 1097-1111. 2011.

ARAÚJO, J. M.; ARRUDA, D. B. **Práticas de sustentabilidade no Semiárido nordestino: direito ao desenvolvimento econômico-sustentável.** Veredas do Direito, v.8, n.16, p. 235-260, jul./dez. 2011.

ARAÚJO, S. M. S. de. **A região semiárida do nordeste do Brasil: questões ambientais e possibilidades de uso sustentável dos recursos.** Rios Eletrônica, n.5, p. 89-98, dez. 2011.

BAPTISTA, N. de Q.; CAMPOS, C. H. **Caracterização do Semiárido Brasileiro**. In: CONTI, I. L.; SCHROEDER, E. O. Edni (Orgs). *Convivência com o Semiárido Brasileiro: autonomia e protagonismo social*. Brasília: Editora IABS, 2013. p. 45-50.

BARROS, J. D. de S. **Estoques de carbono e nitrogênio em vertissolo e condições socioeconômicas e ambientais na microbacia hidrográfica do Riacho Val Paraíso (PB)**. 2014. 152 f. Tese (Doutorado em Recursos Naturais) - Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande-PB, 2014.

BRASILEIRO, R. S. **Alternativas de desenvolvimento sustentável no semiárido nordestino: da degradação à conservação**. *Scientia Plena*, v.5, n.5, p. 1-12, maio. 2009.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Cadernos de Reforma Agrária: políticas públicas para a agricultura familiar**. Brasília: MDA, 2006.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso dia 20/05/2025.

CASTRO, C. N. de. (2013) **A agricultura no nordeste brasileiro: Oportunidades e limitações ao desenvolvimento**. Disponível em [http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/boletim\\_regional/140423\\_boletimregional8\\_cap8.pdf](http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/boletim_regional/140423_boletimregional8_cap8.pdf)  
Acessado em 15 de abril de 2025.

CASTRO, C. N. de. **A agricultura no nordeste brasileiro: oportunidades e limitações ao desenvolvimento**. Brasília, Rio de Janeiro: Ipea, 2012. 43 p.

Delgado, N. G. (2012). **Agronegócio e agricultura familiar no Brasil: desafios para a transformação democrática do meio rural**. *Novos Cadernos NAEA*, 15(1), 85-129.

DIAS, R. M.; ANDRADE, T. C. **A agricultura familiar no semiárido brasileiro: desafios e perspectivas**. *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional*, v. 7, n. 2, p. 99–118, 2019.

EMBRAPA. **Agricultura Familiar: características e importância**. Brasília: Embrapa, 2020.

Guanziroli, C. E., Cardim, S. E. C. S. (2000). **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília: 2000. Projeto de cooperação técnica INCRA/FAO.

Guanziroli, C. E., Romeiro, A., Buainain, A. S., Bittencourt, G. (2001). **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond. 288 p.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados: Vista Serrana (PB)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 maio 2025.

NETTO, Marcos Margarejo. **A agricultura familiar e sua organização**. *Revista Acta Geográfica*. n. 4, p.17-30. dez. 2008.

NEVES, M. A. de S. **Agricultura familiar e políticas públicas no semiárido paraibano: limites e possibilidades**. *Revista GeoNordeste*, v. 31, n. 1, p. 153–174, 2020.

NEVES, M. F. **Desenvolvimento rural e políticas públicas no semiárido**. *Revista de Desenvolvimento Sustentável*, v. 5, n. 2, p. 89-102, 2021.

PARAÍBA. **Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária (EMATER-PB)**. Relatório de Acompanhamento Técnico de Vista Serrana, 2023.

Paula, M. M., Kamimura, Q. P., Silva, J. L. G. (2014). **Mercados institucionais na agricultura familiar: dificuldades e desafios**. *Revista de Política Agrícola*, 23(1), 33-43.

SANTOS, J. M. dos. **Estratégias de convivência para a conservação dos recursos naturais e mitigação dos efeitos da desertificação no semiárido**. In: LIMA, R. da C. C.; CAVALCANTE, A. de M. B.; MARIN, A. M. P. (Orgs). *Desertificação e mudanças climáticas no semiárido brasileiro*. Campina Grande: INSA-PB, 2011. p. 163-184.

SILVA, P. C. G. da et al. **Caracterização do Semiárido brasileiro: fatores naturais e humanos**. In: SÁ, I. B.; SILVA, P. C. G. da (Orgs). *Semiárido Brasileiro: pesquisa, desenvolvimento e inovação*. Petrolina: Embrapa Semiárido, 2010. p. 17-48.

SILVA, D. D. E. da; RIOS, F. R. de A. **Degradação ambiental:** uma análise sobre a agricultura no Semiárido Nordeste. Revista Brasileira de Gestão Ambiental, v.7, n.2, p. 01-06, abr./jun. 2013.

SILVA, J. M. **Agricultura familiar e territorialidade:** as comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas no município de Catalão-GO. 2011. Disponível em:  
<<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/386/1/Dissertacao%20Juniele%20Martins%20Silva.pdf>> Acesso em: 23 de abril de 2025.

Soares, M. R. (2022). **Da horta ao prato: a agricultura familiar e a sua contribuição na alimentação escolar.** Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Agrícolas). Instituto Federal Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, Itapina.

Souza, R. de C. (2001). **As estruturas de governança dos canais de comercialização de frutas, legumes e verduras no município de São Carlos, estado de São Paulo.** Informações Econômicas, 31(11), 26-31.

Savoldi, A.; Cunha, L. A. (2010). **Uma abordagem sobre a agricultura familiar, pronaf e a modernização da agricultura no sudoeste do paraná na década de 1970.** Revista Geografar, (1), 25-45.

SILVA, J. C. et al. **Agricultura Familiar no Semiárido Brasileiro:** desafios e perspectivas. Revista Extensão Rural, n. 26, p. 30-45, 2019.

SILVA, J. P. **Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável no semiárido.** Revista Científica do Sertão, v. 5, n. 1, p. 34-48, 2021.

SOUZA, L. C.; LIMA, F. R. **Dificuldades da agricultura familiar no Sertão Nordeste:** uma análise da realidade paraibana. Revista Agroecossistemas, v. 13, n. 1, p. 55-70, 2021.

WANDERLEY, M. de N. B. **O Camponato Brasileiro: uma história de resistência.** Revista da Economia e Sociologia Rural, Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl. 1, p. S025- S044, 2014. Disponível em:<https://www.scielo.br/pdf/resr/v52s1/a02v52s1.pdf> Acesso em: 20 de mai.2025.